

AS POLÍTICAS DE ÁLCOOL E DROGAS NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DE SUA HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

João Antônio Matos Andrade¹; Denise Barbosa Santos (Msc.)²

RESUMO

O uso abusivo de álcool e drogas constitui um problema de saúde pública com impactos substanciais na saúde mental. Este estudo realizou uma revisão narrativa de literatura a fim de explorar a história e evolução das políticas públicas de álcool e drogas no Brasil. Deste modo, foram utilizados documentos oficiais e trabalhos relevantes acerca do tema para compreensão das dinâmicas que produziram as políticas públicas adotadas atualmente. Com a investigação, observou-se um histórico de marginalização a ambas as práticas, o que gerou políticas mais ligadas à criminalização, muito ligadas à reprodução do modelo estadunidense. No entanto, no decorrer das décadas, a compreensão que estes comportamentos tratam-se de problemas de saúde pública e sendo devidamente tratados, com programas como o CAPS-AD e residências terapêuticas.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo excessivo de álcool, drogas ilícitas, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O consumo excessivo de álcool e drogas é um problema de saúde pública significativo para todo o globo. Na realidade brasileira, o consumo excessivo de álcool, junto ao uso de outros psicoativos, são fatores que provocam altas taxas de mortalidade e limitações funcionais, gerando custos ao sistema de saúde (Mangueira et al., 2015; Tatmatsu et al., 2020). Além disso, essas práticas, consideradas de risco, acarretam grandes prejuízos à saúde mental dos brasileiros. Em 2021, foram registrados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) 400,3 mil atendimentos a pessoas com transtornos mentais e comportamentais associados ao consumo de álcool e drogas (Brasil, 2022).

Diante desse panorama, o presente estudo realizou uma revisão narrativa da literatura científica com o objetivo de investigar a história das políticas de álcool e drogas no Brasil. Com isso, identificar momentos significativos em sua história e a evolução na compreensão dessas práticas ao longo do tempo, para assim entender os atravessamentos e a visão atual sobre o fenômeno.

MÉTODO

¹ Discente do curso de Psicologia da Ages - edardnaoaj@gmail.com

² Docente do curso de Psicologia da Ages - denise.b.santos@ulife.com.br

Foi realizada uma revisão narrativa de literatura utilizando produções relevantes e documentos oficiais, a fim de compreender as dimensões históricas e contextuais na produção das políticas públicas adotadas atualmente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção e a implementação de políticas públicas tendem a contribuir para a reprodução de um modelo de atenção à saúde ou para a reformulação de práticas e processos de trabalho em saúde (Alves, 2009; Mangueira et al., 2015). Entretanto nem sempre as práticas aqui abordadas foram percebidas por essa perspectiva, onde pessoas eram marginalizadas por realizá-las, dadas as associações negativas à criminalidade, violências dentre outros. Atualmente o consumo excessivo de álcool e drogas ilícitas é visto como um problema de saúde pública, entretanto, no caso da segunda, é fruto do fracasso da política de “guerra às drogas” (Santos, 2020).

No entanto, ao levar em conta que o consumo de álcool e outras substâncias é uma séria questão de saúde pública e reconhecer a importância de superar o atraso histórico na implementação desta responsabilidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuir para a construção coletiva de estratégias de enfrentamento, o Ministério da Saúde lançou, em 2003, a Política de Atenção Integral ao Uso de Álcool e Outras Drogas (Mangueira et al., 2015; Santos, 2020). Com isso, seguiu-se a implementação dos Serviços Residenciais Terapêuticos para indivíduos que haviam deixado longos períodos de internação. Posteriormente, observou-se um crescimento expressivo dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (Santos, 2020).

CONCLUSÕES

Este estudo demonstrou as políticas públicas destinadas ao uso excessivo de álcool e drogas. A análise da evolução na compreensão dos comportamentos de risco estudados, onde deixam de ser apenas desvios criminosos para serem entendidos como problemas de saúde pública. Conclui-se que a falência de práticas ostensiva como a “guerra às drogas” contribuíram para uma visão humanizada do sujeito, o percebendo enquanto pessoal que necessita de tratamento especializado, gerando o modelo atual de atenção a esse público.

REFERÊNCIAS

Alves, V. S. (2009). Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, 25(11), 2309-2319.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas aumenta 12% no SUS**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/atendimento-a-pessoas-com-transtornos-mentais-por-uso-de-alcool-e-drogas-aumenta-11-no-sus>>.

MANGUEIRA, Suzana de Oliveira et al. Promoção da saúde e políticas públicas do álcool no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 157-168, 2015.

SANTOS, D. B. **ACOLHIMENTO POR USO ABUSIVO DE DROGAS**: Inserção em uma Comunidade Terapêutica. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2020.

TATMATSU, Daniely Ildegardes Brito; SIQUEIRA, Carlos Eduardo; PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del. Políticas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. e00040218, 2019.